



## O “BREQUE DOS APPS”: RESISTÊNCIA DOS ENTREGADORES DE APLICATIVOS À PRECARIZAÇÃO PLATAFORMIZADA

The “breque dos apps”: the apps’ food couriers resistance to platformized precarization

Lucas Santos Souza \*

 <https://orcid.org/0000-0002-6076-6433>

### RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar os caminhos do primeiro “Breque dos apps”, movimento grevista organizado por entregadores de aplicativos no dia 1º de julho de 2020, contextualizando este grupo de trabalhadores no mundo do trabalho do Brasil e nas relações globais neste início do século XXI. Levando em consideração a bibliografia sobre os estudos do mundo do trabalho sobre “novas” e “velhas” formas de resistência da classe trabalhadora no período recente, a análise da ação paralisada é feita a partir de entrevistas com entregadores organizadores do Rio de Janeiro, Brasília e São Paulo para que seja possível compreender os rumos trilhados pelos entregadores no movimento de precarização-resistência. O argumento aqui defendido é que o “Breque” se tratou da nacionalização de paralisações e manifestações dos entregadores — que não se restringiu àqueles que atuam via aplicativos — que já estavam em curso em diferentes regiões do país, de modo descentralizado e organizado por outros meios para além das entidades representativas tradicionais. Em suma, o caminho deste texto é abordar uma discussão conceitual das greves como instrumento histórico de resistência do proletariado em suas diferentes composições, levando antes em consideração o processo de uberização, para apresentar uma análise interpretativa sobre a resistência contra sua exploração de um setor-chave na atual dinâmica da precarização do trabalho.

### PALAVRAS-CHAVE

Breque dos apps; Plataformização; Greves; Precarização.

### ABSTRACT

This paper aims to analyze the paths of the first "Breque dos apps", a strike movement organized by app food couriers on July 1, 2020, contextualizing this group of workers in the world of work in Brazil and in global relations at the beginning of the 21st century. Considering the bibliography on the world of work studies on "new" and "old" forms of working class resistance in the recent period, the analysis of the strike action is made based on interviews with organizing food couriers in Rio de Janeiro, Brasília and São Paulo so that it is

---

\* Historiador. Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF, Niterói, Brasil). Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Contemporânea III na Universidade Federal Fluminense (UFF, Niterói, Brasil). E-mail: [santoslucassouza@gmail.com](mailto:santoslucassouza@gmail.com)

DOI 10.22422/temporalis.2023v23n45p201-216



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2023 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional ([https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

201

possible to understand the paths taken by the couriers in the precarization-resistance movement. The argument defended here is that the strike was the nationalization of the strikes and actions of the food couriers - which were not restricted to those that work via apps - that were already underway in different regions of the country, in a decentralized way and organized by other means besides the traditional representative entities. In short, the path of this text is to approach a conceptual discussion of strikes as a historical instrument of resistance of the proletariat in its different compositions, rather taking into consideration the process of uberization, to present an interpretative analysis on the resistance against its exploitation of a key sector in the current dynamics of labor precarization.

#### KEYWORDS

Breque dos apps; Plataformização; Strikes; Precarization.

#### Introdução

Os estudos voltados às transformações do mundo do trabalho nesta segunda década do século XXI têm progressivamente se debruçado nas transformações ligadas ao desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação (TICs) e no seu impacto no processo laboral e vida dos trabalhadores. Neste movimento, a relação entre precarização e plataformização do trabalho aparece como elemento chave. É fundamental destacar que, embora seja possível falar que a precarização aparece como desafio global (KALLENBERG, 2010), as diferenças entre Norte e Sul global precisam ser levadas em consideração em qualquer análise sobre o tema. Ao falar do Brasil, a precariedade do mercado de trabalho local aparece como elemento estruturante, carregando em sua composição marcas de um passado escravista e colonial, além do forte peso de uma acelerada e recente urbanização ao longo do século XX (ANTUNES, 2019).

Nesse contexto, ao levar em conta as recentes metamorfoses que este mercado de trabalho — bem como sua marca fundamental, a precariedade — têm atravessado, os entregadores de aplicativo surgem como figura emblemática. Primeiramente, porque carregam a marca histórica local do trabalho informal. Além disto, a insegurança, nos seus mais diferentes sentidos, aparece como característica central. Por fim, sintetizam bem como a autoritária gestão algorítmica (WEBSTER; MASIKANE, 2022) é o elo entre a incorporação das TICs e o aumento da precarização laboral.

Mas de que forma a ação e reação dos trabalhadores a este processo de degradação das suas condições de trabalho tem aparecido? Mais precisamente, como uma das respostas mais diretas e imediatas do trabalho ao capital — a greve — é acionada por estes sujeitos? Será que esta ferramenta histórica da luta de classes se faz presente no cotidiano de resistência deste “novo” grupo de trabalhadores? Na tentativa de responder estas questões, este texto apresenta uma contextualização dos entregadores no cenário das recentes transformações do mundo do trabalho no Brasil, assim como traz a discussão de alguns conceitos centrais para pensar nesta nova dinâmica, fundamentalmente aqueles apoiados no materialismo histórico, para abordar as recentes transformações laborais, atentando sempre às suas rupturas e continuidades. Após isto, abordará o movimento grevista dos entregadores do dia 1º de julho de 2020, que ficou conhecido como “Breque dos apps”, tendo em vista a discussão apresentada. Para isto são trazidas entrevistas realizadas com entregadores que organizaram o movimento. O objetivo central é contribuir, empírica e interpretativamente, com o debate mais geral sobre o tema de

greves e protestos no contexto das recentes mudanças no mundo do trabalho, tendo em vista a relevância deste emblemático grupo nos processos de uberização do trabalho que ocorre de modo desigual em todo o globo.

### **Os motoboys e a plataformização das entregas no Brasil**

A atividade remunerada de entrega de mercadorias não é uma novidade trazida para o Brasil pelas plataformas digitais de delivery. Este trabalho, na verdade, remonta a séculos. Todavia, mesmo as entregas motorizadas têm sua trajetória anterior ao surgimento dos aplicativos. As décadas de 1980 e 1990 costumam ser indicadas pela escassa bibliografia especializada como momento em que os motoboys aparecem e ganham maior visibilidade (OLIVEIRA, 2003; SILVA, 2009; BARBARIC, 2016). Além do traço marcante da informalidade (SILVA, 2006), é possível dizer que houve, ao longo destas últimas décadas do século XX e primeiras do XXI, o surgimento de uma “cultura motoboy” (SANTOS, 2010), inclusive com forte papel de uma linguagem comum entre estes trabalhadores (SILVA, 2010). Vale ressaltar que os entregadores ciclistas, embora existam até há mais tempo do que os motoboys, ao contrário destes não formaram um grupo coeso e organizado política e culturalmente, e os estudos sobre suas experiências laborais no Brasil são ainda mais escassos (SOUZA, 2022).

Esta mínima contextualização dos motoboys no período anterior à chegada dos aplicativos é importante porque aponta para a forma na qual as TICs transformaram suas condições de trabalho. E as mobilizações dos entregadores — fundamentalmente o “Breque dos Apps” — estão relacionadas a estas mesmas alterações. É fato que o trabalho de entregas via aplicativo está ligado com a incorporação das TICs no ambiente laboral de modo mais amplo, algo que têm ocorrido de forma desigual e nos mais variados setores ao redor de todo o globo. Entretanto, vale demarcar as mudanças do capitalismo de plataforma (SRNICEK, 2016) representam uma grande ofensiva do capital, e discutir alguns elementos estruturantes sobre este tipo de gestão, organização e controle se faz necessário para caracterizar tanto o mundo do trabalho hoje quanto a atividade dos entregadores de aplicativo em particular, essencialmente no que tange seu sentido de precarização.

Apesar de muitos termos serem utilizados pela bibliografia para tratar destas mudanças, no Brasil “Uberização” tem aparecido como o conceito mais amplamente utilizado. Embora esteja diretamente vinculado à uma companhia, ele pode ser citado para descrever qualquer atividade de trabalho via aplicativo ou plataforma digital, na qual não exista reconhecimento de vínculo entre empresa e aquele que realiza a tarefa. Assim, nesta forma de trabalho o impacto das tecnologias aparece de modo particular, e uma boa chave de interpretação é lançada a partir da exploração deste conceito. Também chamada por Abílio (2020) de “consolidação dos trabalhadores Just-In-Time”, a Uberização traz consigo drásticas consequências para o lado dos trabalhadores.

Em primeiro lugar, vale dizer que as empresas costumam se intitular juridicamente como empresas de tecnologias. Segundo o discurso patronal destas plataformas, elas apenas unem, através da coleta, organização e análise de dados, demanda de um serviço e sua relativa oferta. Na prática, isto significa um extremo controle da atividade por parte das

empresas, com a execução de baixas remunerações, jornadas exaustivas, desproteção social, além de grande admissão de riscos por conta dos trabalhadores. Levando em conta estes elementos, a Uberização, segundo Abílio (2020, p. 112), deve ser compreendida de modo amplo, acionando o entendimento de:

Uma tendência em curso que pode ser generalizável pelas relações de trabalho, que abarca diferentes setores da economia, tipos de ocupação, níveis de qualificação e rendimento, condições de trabalho, em âmbito global. [...] e que culminam em uma nova forma de controle, gerenciamento e organização do trabalho.

Além disto, para dar significado à chegada da uberização no Brasil, se faz importante enxergar a chegada e expansão deste tipo de gestão do trabalho no país como resultado do aprofundamento de estratégias de ofensiva do capital ao trabalho que estavam sendo gestadas no mundo há décadas (ABÍLIO, 2020). Ao mesmo tempo, é preciso compreender este fenômeno como um momento específico da estrutural precarização do trabalho (DRUCK, 2011) que se faz presente na realidade brasileira.

Dessa forma, uma boa pista para ser trilhada na investigação da relação entre as plataformas e degradação generalizada das condições de trabalho está no aumento da desigualdade social. Este movimento é traduzido no crescimento da distância entre uma cada vez menor parcela de trabalhadores qualificados e o crescimento do setor mais precarizado da classe trabalhadora (ANTUNES, 2019). Em suma, olhando para o lado da maior parte do proletariado, a uberização aparece como parte fundamental de um processo que tende a aumentar o grau de precarização laboral. Fato é que se trata de um movimento de transformações no mundo do trabalho que envolve, ao mesmo tempo, a incorporação de modernas tecnologias e um rebaixamento geral das condições de trabalho (FRANCO; ROBLES, 2022).

Visando compreender o vínculo entre a degradação das condições de trabalho e a plataformização das entregas no Brasil, vale ainda tecer algumas considerações acerca das especificidades da constituição do mercado de trabalho no país. Neste caminho, é fundamental lembrar que a precarização não é uma novidade do período recente, trazida pelo processo de Uberização. Mesmo em nível global, ao levar em consideração a norma do assalariamento e das relações de trabalho no capitalismo, o que aparece como regra é o trabalho inseguro, com baixas remunerações, longas jornadas; ou seja, o “emprego-padrão” — estável, com direitos garantidos, seguro etc. — é que, na verdade, surge como uma anomalia histórica na sociedade das mercadorias (LINDEN, 2017).

Trazendo à realidade de um país do Sul Global como o Brasil, a relação entre a precarização e a formação do proletariado precisa também abranger outras questões mais particulares. Os pesos da escravidão, do contexto colonial e da rápida e recente urbanização do século XX são centrais na composição da precarização estrutural no país (MATTOS; TERRA; VARELA, 2017). Dentro deste movimento, informalidade aparece como marca registrada do proletariado local. Embora a precarização não se restrinja à informalidade, esta é um de seus elementos centrais.

É no contexto brasileiro de particular aumento e reconfiguração da precariedade laboral, fruto também da reestruturação produtiva (DRUCK, 2011), que os aplicativos de entrega se expandiram a partir de 2016. Neste movimento, os antigos motoboys sofreram progressivamente uma piora generalizada em suas condições de trabalho, seja aqueles que trabalham via plataformas ou os que não fazem uso desta tecnologia (SOUZA, 2022). Ao lado deste grupo, outros sujeitos começaram a trabalhar no *delivery* de aplicativo, em um contexto de aumento do trabalho informal e crescimento do desemprego que foi catalisado pela pandemia. Isto trouxe uma grande diversificação no perfil do grupo (SOUZA, 2022). É este amplo coletivo de trabalhadores que sentiu os efeitos da expansão precarizada do *delivery* de aplicativo, e em resposta a isto procurou se organizar para lutar por melhores condições de trabalho.

### **Os setores precarizados e suas velhas e novas formas de resistências**

A ação de resposta dos trabalhadores contra sua exploração está longe de ser novidade. A luta política faz parte da gênese e constituição da classe trabalhadora (THOMPSON, 2011). Dentro da sociedade capitalista, a formação do proletariado enquanto classe está marcada por ações de resistência contra a exploração do trabalho subsumida à dinâmica de expansão do capital, com as fugas, manifestações e paralisações laborais sendo centrais neste processo. Acerca das greves, nosso objeto central, elas

*podem ser definidas como formas de lutas, coerção e poder, nas quais um grupo de trabalhadores, agindo coletivamente, para de trabalhar para dar reforço a reivindicações econômicas, sociais e/ou políticas de interesse dos trabalhadores diretamente envolvidos e/ou de outros.* (LINDEN, 2013, p. 203).

Em nosso caso particular, a preocupação está sobre a existência destas ações no século XXI, protagonizada por um setor de grande relevância na dinâmica de reestruturação platformizada do mundo do trabalho, os entregadores de aplicativo. Em outras palavras, busca-se aqui investigar como este setor-chave da atual conformação da classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 2017) faz uso do instrumento das greves na luta por melhores condições de trabalho, que de certa forma aponta para uma luta contra o capitalismo de plataforma (WOODCOCK, 2022).

Vale dizer que, na transição do século XX para o XXI, a crescente parcela informal e mais precarizada do proletariado tem protagonizado conflitos sociais e mobilizações, ainda que que por vezes consideradas “tumultos espontâneos” ou “levantes voluntaristas” (HARVEY, 2011, p. 196). Pensando nas reflexões acadêmicas sobre o tema, é possível observar que posicionamento quanto aos protestos do setor mais pauperizado da classe trabalhadora está em diálogo com o debate sobre o uso ou não das formas tradicionais de resistência do proletariado. Ainda que Harvey não defenda que estes atores sociais estejam totalmente afastados da organização de greves, outros autores advogam que este “novo sujeito coletivo” não utiliza os instrumentos históricos de resistência ao capital que marcaram boa parte do século XX.

Standing (2014), cuja obra é uma das mais influentes deste grupo, aponta à tendência do fim das tradicionais formas de contestação pelos trabalhadores precários. Assim, defende

a existência de um diferente padrão de organização coletiva desses sujeitos, e mesmo uma hostilidade por formas históricas de mobilização como os sindicatos. Como desdobramento dessa argumentação, as greves também tenderiam a perder espaço. Essas teses têm forte ressonância em alguns textos que buscam analisar as resistências do proletariado no período recente. Nascimento (2016), em texto centrado na ação de trabalhadoras na Bahia, defende que greves, boicotes e operações tartarugas, e outras ações com dimensão mais nítida de oposição e contrariedade ao capital, são mais características do período fordista, diferente do que ocorre na fase “pós-industrial” do capitalismo. Por sua vez, dentro desta mesma discussão, Luna e Oliveira (2022, p. 78), ao analisarem a dinâmica laboral dos trabalhadores de aplicativo, demarcam que

A existência de poucos locais físicos de encontro dos trabalhadores e trabalhadoras das empresas plataformas, com horários e uma rotina de trabalho fixa, faz com que os trabalhadores fiquem cada vez mais dispersos, não existindo àquela sociabilidade ao chegar, no intervalo ou até mesmo na saída do local de trabalho. Isso acarreta de maneira significativa na fragmentação dos entregadores.

Assim, as referidas autoras partilham que os “novos” agentes sociais, por conta de suas características específicas fruto da uberização, tendem a ser “inorganizáveis”. Em síntese, com forte diálogo entre si, esses textos indicam que as mudanças no capitalismo recente trouxeram consigo: (I) ou novos sujeitos para além do proletariado, (II) ou a negação das tradicionais formas de resistência contra a exploração, seja por impossibilidades concretas ou por escolha destes indivíduos, (III) ou todos estes elementos concomitantemente.

Tecendo uma crítica as considerações de Standing, Braga (2017) busca acrescentar à característica dos novos movimentos sociais pautas relacionadas à precariedade da vida de modo geral, e não somente aquelas restritas às relações de trabalho, sendo o estado nacional seu principal alvo. Além disso, coloca que as novas organizações destes sujeitos, mesmo na realidade europeia, possuem uma relação — ainda que instável — com os sindicatos tradicionais, que ora os aproxima ora os afasta, sendo as greves recursos utilizados quando as pautas são comuns entre os grupos (BRAGA, 2017). Nesse movimento, o uso de ações paredistas não desaparece de cena, mas apenas são pautadas por uma nova forma de pensá-las. Por sua vez, Tassirani e Maccarone (2020), analisando as resistências dos trabalhadores uberizados, defendem que, desde 2016, as plataformas de aplicativo têm se tornado importantes epicentros de distúrbios laborais, contrariando as teses da “inorganização” destes sujeitos precarizados. Ou seja, a partir de exemplos concretos do aumento da resistência contra a exploração do trabalho pelo proletariado precarizado é possível notar que persiste a atualidade destas estratégias no início do século XXI.

Por outro lado, ao abordar a importância delas no combate à austeridade e à liberalização da economia — ou seja, relativas ao período em questão neste artigo —, especialmente as greves gerais, Costa e Dias (2019, p. 396) afirmam que a construção de um

sindicalismo convictamente orientada para o mundo do trabalho precário e informal impõe-se como urgente. A influência que este poderá ter no futuro dependerá da sua capacidade, enquanto ator estratégico, de empreender mudanças substanciais no seu *modus operandi*.

Embora não seja objetivo aqui negar o papel e a importância, no passado, presente e futuro, que as entidades representativas dos trabalhadores possuem na dinâmica da luta de classes, uma visão demasiadamente institucionalista dos movimentos de resistência do proletariado — fundamentalmente as centradas nos setores mais atingidos pela instabilidade e desproteção social — pode perder o foco das ações antiexploração que estes sujeitos têm apresentado em seu cotidiano. E vale ainda destacar que os estudos acerca dos movimentos grevistas historicamente costumam centrar suas análises no papel e ação dos sindicatos, fazendo com que os movimentos paredistas organizados por fora destas instituições sejam menosprezados (LINDEN, 2013).

Acerca da realidade brasileira, a despeito da atual ofensiva do capital ao trabalho — a qual resulta em uma forte tentativa de desarticulação na solidariedade entre proletariado dentro e fora de seu ambiente de trabalho (ANTUNES, 2019) — o que tem sido observado neste século XXI é a retomada do crescimento no número de greves no país (RIBEIRO, 2022). Nesse sentido, ações grevistas continuam como ferramentas fundamentais e privilegiadas pelo proletariado no contexto deste primeiro quarto do século XXI. Mesmo quando se coloca em questão setores mais desprotegidos e precarizados, como os entregadores de aplicativo, elas estão presentes, ainda que sejam organizadas por fora de entidades representativas. Mas uma mudança que pode ser apontada e que está relacionada às recentes transformações tecnológicas está no uso das TICs pelos próprios trabalhadores. São elas o grande meio utilizado para reorganizar o controle laboral neste movimento de uberização do trabalho, mas também o caminho para que muitas das greves e protestos protagonizados pelos setores precarizados do proletariado sejam organizadas (CINI, 2022). No caso dos entregadores de aplicativo, suas ações paredistas têm sido prioritariamente organizadas e divulgadas por redes sociais e aplicativos de comunicação pessoal, com ou sem participação de entidades representativas. Nesta mesma discussão, é importante ressaltar que, apesar da atomização e individualização dos trabalhadores plataformizados ser apontada como um dos pilares da uberização, há um excessivo destaque à possibilidade de não existirem muitos encontros presenciais entre estes sujeitos (GONSALES, 2020). Contudo, no caso dos entregadores de aplicativo o que tem sido registrado é a importância do contato e da sociabilização entre estes sujeitos durante seu cotidiano laboral, seja no Brasil ou em outros lugares do globo (SOUZA, 2022). Assim, a sociabilização deste grupo — seja através do uso das TICs ou mesmo dos espaços físicos como praças, estacionamentos etc. — aparece como uma das grandes marcas na organização das greves protagonizadas por este setor.

### **Metodologia utilizada na pesquisa sobre o “Breque dos apps”**

No segundo semestre de 2021, foi realizada uma investigação com entregadores de aplicativo que contou com entrevistas feitas com lideranças do “Breque”. Esta pesquisa teve como base a realização de seis entrevistas qualitativas semiestruturadas com sujeitos ativos na articulação da ação grevista no Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, através de amostragem em bola de neve, após contato prévio com alguns destes via redes sociais. As perspectivas de História Oral de Alberti (2005) e Portelli (1997) foram também base desta investigação. Por se tratarem de localidades diversas, quatro destas foram feitas via Zoom, mas seguindo o mesmo roteiro que versava sobre condições de trabalho, trajetória

individual, atuações no mercado de trabalho antes do ingresso no ramo das entregas, a organização de protestos contra os aplicativos antes do “Breque dos apps”, e os caminhos da mobilização do “Breque” em si. Ao lado da análise do relato, foram examinadas, além da bibliografia sobre o tema, materiais midiáticos que também abordaram os eventos narrados, o que foi essencial para compor o quadro geral da ação de resistência dos entregadores para além do ato de 01 de julho de 2021. Isso possibilitou uma investigação sobre os momentos anteriores ao ato grevista que, em nossa perspectiva, foram essenciais para a mobilização e mesmo execução do ato paredista.

### **O Breque dos apps e a nacionalização da luta dos entregadores de plataforma**

No dia 01 de julho de 2020, passados poucos meses do início das primeiras medidas governamentais de isolamento social, os entregadores de aplicativo protagonizaram uma greve nacional que contou com adesão significativa destes trabalhadores nas principais cidades do país, e mesmo com apoio internacional (FILGUEIRAS; ANTUNES, 2020). Dentre suas principais reivindicações estavam o aumento no valor das taxas recebidas por entrega, término dos bloqueios indevidos, seguro contra acidentes, além de licença remunerada em caso de afastamento e equipamentos de proteção contra a Covid-19. Analisando primeiramente a pauta do movimento, encontramos demandas ligadas à melhores condições de trabalho e segurança no contexto do início da pandemia do novo coronavírus. Sendo um dos grupos que continuou a trabalhar nas ruas mesmo com a crise sanitária, é possível dizer que foi este contexto um dos grandes estímulos à organização da greve.

Defendemos que o “Breque dos apps” se tratou da nacionalização de mobilizações menores e mais localizadas contra a platformização das entregas e a subsequente precarização da atividade, cujas pautas eram centradas em melhores condições de trabalho. A partir dos relatos colhidos é possível acompanhar as paralelas trajetórias de atuação destes trabalhadores, bem como sua convergência rumo à greve nacional.

Ralf ingressou nos aplicativos no ano de 2018, iniciando suas atividades vinculado ao *app* da Loggi. Antes trabalhador de feiras livres, estava “acostumado com reunião com vereadores, prefeitura, liderança do Estado pra falar dos direitos dos feirantes e denunciar os esquemas que existiam ali”<sup>1</sup>. Expondo acerca das mudanças sentidas na plataforma no contexto da emergência sanitária da Covid-19, Ralf lembrou que

a Loggi sempre pagou bem. Sempre teve essa fama. Mas chegou a pandemia e ela quis se aproveitar da situação. O que antes ela pagava R\$120,00, passou a pagar R\$30,00. Sem exagero nenhum. Agora com mais entrega por causa do isolamento, tem muita gente [entregando] na rua. Pode botar o preço lá em baixo que alguém vai aceitar. Eles começaram a liberar a entrada para qualquer um, sabendo que assim iam ganhar mais dinheiro. Foi aí que eles abaixaram muito o valor da entrega.

Mas, o entregador recordou que houve um episódio decisivo para a organização dos entregadores da Loggi no Rio de Janeiro, os quais já estavam insatisfeitos com o aplicativo

---

<sup>1</sup> Entrevista realizada em 01/10/2021.

antes mesmo da pandemia. Em janeiro de 2020, devido à uma grande redução das tarifas de entrega, um grupo de entregadores de um dos principais galpões da empresa no município decidiu fazer paralisar suas atividades. Em retaliação, após o encerramento da ação paredista sem que as demandas dos trabalhadores fossem alcançadas, a empresa “encerrou a parceria” com todos os 50 entregadores que compuseram o ato. A ação patronal, por um momento, serviu para fazer com que tudo aparentemente voltasse ao normal. Mas em junho de 2020, em um contexto diferente daquele do início do ano pois a pandemia já iniciara, houve um novo movimento grevista, desta vez com uma adesão muito mais significativa e interrompendo as atividades em praticamente todos os galpões do Rio de Janeiro. “Parou tudo”, disse Ralf. “A gente organizou tudo com calma, pelo grupo do WhatsApp, e deu certo. Repercutiu no Brasil inteiro”. A partir desta ação, conta Ralf,

A gente começou a fazer parte de outros grupos, e aí começamos a ver que a próxima paralisação tinha que ser nacional, e não só contra a Loggi. Estava tudo muito ruim. Tinha que parar tudo mesmo. Todo mundo já andava reclamando das taxas, da falta de suporte, dos bloqueios sem motivo. Daí nasceu o breque.<sup>2</sup>

No ano de 2012, Abel começou a atuar no delivery em Brasília pela empresa Motojá. Com registro em carteira, trabalhava 8 horas por dia, entregando pacotes e malotes para empresas que contratavam seu serviço através da Motojá. Sua função era realizar o delivery dos mais variados itens — inclusive convites de casamentos, que “era uma das coisas que mais tinha para fazer”<sup>3</sup>. Apesar da jornada ser integral, conseguia conciliar a atividade com sua faculdade, e assim fez por dois anos, até concluir o ensino superior. Sua remuneração era de dois salários mínimos, com adicional de 30% de periculosidade. A companhia ainda arcava com os custos do combustível, que na época ficava na faixa de 400,00 reais. Com acesso aos direitos trabalhistas, não trabalhava aos domingos e feriados, tirava férias e recebia 13º salário. Após a conclusão de seu curso na área de Recursos Humanos, conseguiu um trabalho com sua formação, e logo saiu do ramo das entregas.

Pensei que era o melhor que estava fazendo. Já tinha ficado muito tempo em bicos, de garçom, de segurança... eu via o delivery como uma oportunidade mesmo de ganhar um dinheiro. Pagava bem, bem mais do que agora. Mas achei que trabalhando na minha área seria melhor. Eu fiz faculdade para isso, né? Mas acabou que não foi assim não.

Após pouco mais de ano, com o nascimento de sua filha, resolveu tentar algo que lhe proporcionasse uma remuneração maior e que também lhe trazia maior satisfação. Foi então que, após indicação de um colega, começou a fazer corridas como motorista de Uber. No ano de “2016, a Uber pagava bem. Dava para tirar um dinheiro bom sim. Era promoção [para os motoristas] o tempo todo”, disse ele. Todavia, com o passar do tempo os rendimentos começaram a cair, e Abel procurou outro setor que estava iniciando, também com pagamentos que o interessavam. Assim que, no ano de 2018, passou a realizar entregas de motocicleta pela iFood durante os turnos de maior movimento, nos

---

<sup>2</sup> Entrevista realizada em 01/10/2021.

<sup>3</sup> Entrevista realizada em 16/12/2021.

horários do almoço e do jantar. A atuação nas duas plataformas não durou muito tempo. No ano de 2019 percebeu que

Não valia a pena ficar de motorista da Uber não. Combustível aumentando muito. E a iFood estava dando muita promoção [para os entregadores]. Então estava compensando mais ficar só na moto. Fora que era o que eu gostava mais de fazer. Então juntou tudo e em 2019 fiquei só nas entregas mesmo. E também era muito assalto que estava tendo. Cheguei até a devolver o carro para o banco.

Mas logo Abel começou a sentir, mais uma vez, a queda nos seus rendimentos. Ao longo do ano, as promoções foram diminuindo, e mais entregadores apareciam praticamente todos os dias. Isso fez com que também começasse a existir mais contato entre os próprios motoboys nos locais de espera por novas chamadas. As conversas eram as mais variadas possíveis, e falar sobre as condições de trabalho passou a fazer parte do cotidiano destes trabalhadores. Foi assim que, logo no início de 2020, começou-se a discutir a formação de uma organização para que estas conversas se tornassem demandas e algo pudesse ser feito. Vale lembrar que Abel já havia participado “de protestos contra as más condições de trabalho desde a Uber”, o que certamente fez contribuiu para que algo mais concreto ganhasse vigor.

A gente até procurou a galera da antiga, que lutou muito pela Lei de 2009 [Lei nacional da regulamentação da atividade de motofretista], para ver mesmo como fazer para organizar. Lembro que quando eu comecei lá trás, teve muita gente que lutou pela regulamentação. Então a gente junto procurou fazer algo para poder questionar as empresas pelas nossas condições de trabalho. E aí que surgiu a OAPP.<sup>4</sup>

Foi então no início de 2020 que foi criada a Associação de Motoboys Autônomos e Entregadores do Distrito Federal (AMAE), que mais tarde mudou de nome para Organização Associativa de Profissionais por Plataforma digital (OAPP). Nunca é demais lembrar que com o início da pandemia do SARS-COVID-2 o trabalho dos entregadores não foi interrompido. Pelo contrário, houve, no começo, uma maior demanda por entregas. Mas isso sem nenhum tipo de suporte por parte das empresas.

Esse foi o contexto para que houvesse a decisão para marcar um dia de paralisação em Brasília. A data, a princípio, seria no 1º de maio: “A gente queria parar no dia do trabalhador. Porque é importante, né? E, para a gente, feriado é mais trabalho ainda. Mas acabamos escolhendo outro dia”. Toda esta discussão foi feita fundamentalmente por WhatsApp. Mesmo que encontros físicos continuassem acontecendo, a troca de mensagens digitais era o principal meio de comunicação dos entregadores. No aplicativo de mensagens existia o grupo relativo à AMAE, mas os entregadores costumam não fazer parte exclusivamente de um grupo voltado à categoria. E foi através desta circulação de informações no meio digital que Sorriso, um dos entregadores que atuava junto de Abel, ficou sabendo que Ralf fez parte de uma greve contra a Loggi, e logo o convidou para um outro grupo no aplicativo de mensagens. Por lá as conversas se intensificaram, e o “Breque” foi cada vez mais ganhando força e caráter nacional. Este “grupo das lideranças” ganhou robustez, e por lá

---

<sup>4</sup> Entrevista realizada em 16/12/2021.

as principais decisões eram tomadas para posteriormente serem disseminadas nos grupos locais.

No Estado de São Paulo o movimento de paralisação também contou com ações prévias. Nascimento, entregador paulista que há mais de 30 anos atua com este tipo de trabalho, iniciou suas atividades por indicação de conhecidos. No ano de 1989 resolveu utilizar a moto que possuía para fazer um “bico e ganhar um dinheiro extra” com entregas de seu bairro

Não era nada certo. Comecei com uns *freelas*, mas fui indo. Eu sempre gostei de moto. É por isso que estou até hoje nisso. Não é fácil não, e já trabalhei de tudo quanto é jeito. Mas lá atrás foi bom. Já tinha um pessoal que fazia isso, mas ainda era algo novo, ser motoboy. Os vizinhos e uns colegas começaram nisso e eu fui junto.<sup>5</sup>

O final da década de 1980 em São Paulo, como apontado anteriormente, é costumeiramente indicado como o período do surgimento dos motoboys. É interessante ainda observar a história profissional de Nascimento, que oscila pelas mais variadas formas de se atuar no ramo. Sua trajetória e percepção da atividade podem auxiliar na elucidação do sentido geral do “Breque”, assim como no que esta ação coletiva pôde acionar nos envolvidos. Nos primeiros 15 anos de sua carreira, Nascimento transitou entre freelancer e cooperado, e chegou a ser celetista por 1 ano em uma outra empresa de delivery. Quando resolveu voltar a trabalhar nas entregas, depois de estar recuperado de um problema de saúde, foi contratado por um colega que iniciou como motoboy como seu contemporâneo. Mas sua experiência, além de diferentes ramos do delivery, passou também por ser proprietário de empresas de entregas, nas quais chegou também a realizar a atividade.

Eu já fiz rápido minha rede de clientes, já trabalhei com pizza também, jornal... um pouco de tudo. Já cheguei a ter mais de 30 funcionários na minha empresa, que abri em 2004. A última delas eu fechei em 2019, porque não tinha como concorrer com os aplicativos. Mas foi sempre tudo certo. Paguei tudo para todo mundo, graças a Deus. É que meus clientes não tinham como continuar comigo. Era muito mais barato fazer tudo com iFood. E vou te falar, isto aconteceu com muita gente. A iFood veio e esculhambou tudo.<sup>6</sup>

A partir de sua trajetória e relato, é possível identificar os traços de solidariedade e identidade fundamentais na atividade de motoboys (BARBARIC, 2016). Por exemplo, foi possível notar que Nascimento sempre se enxergou como entregador, mesmo no momento que possuía uma estrutura de Pequena Empresa. Até porque, como relatou na entrevista, por diversas vezes realizou a entrega de produtos em sua própria companhia. Ao mesmo tempo em que deixou claro que contratou “colegas de trabalho”, afirmou que “sempre quis fazer que a gente, os motoboys [que trabalhavam em suas empresas] estivessem bem, porque trabalhar nas ruas já é difícil mesmo tendo boas condições de trabalho na firma”. E, na verdade, o gatilho à sua participação na organização de manifestações foi a piora geral nas condições de trabalho dos entregadores. Em momento

---

<sup>5</sup> Entrevista realizada em 07/09/2021.

<sup>6</sup> Entrevista realizada em 07/09/2021.

algum uma possível perspectiva patronal foi acionada na fala de Nascimento. A progressiva piora da remuneração recebida foi o grande centro de sua argumentação.

Olha, a situação estava ruim antes da pandemia. A gente não conseguia mais tirar um dia de trabalho não. Como pode, em 2015 a gente ganhava 10, 12 reais por entrega, e hoje ganhar 3? Isso não existe. Mas com a pandemia a gente não pôde parar, não é? Se não trabalhava, não ganhava. E na TV já vinham falando que a gente era herói, e tudo mais. Aí a gente começou a pensar em deixar de entregar, mas fazendo uma greve mesmo. Não era só pra ficar em casa, e tinha que juntar um grupo grande que quisesse participar. Daí que veio o “Breque”.

Mas, assim como no Rio de Janeiro e Brasília, eventos anteriores unificaram parte dos entregadores e possibilitaram sua organização com maior antecedência. No dia 20 de abril de 2020, já no contexto da pandemia do SARS-COVID-2, ao lado de um grupo de centenas de entregadores de aplicativo, foi realizado um “buzinaço” que partiu do centro do município de São Paulo e terminou em frente à sede da iFood em Osasco, demandando material de proteção básico como álcool gel e máscaras, além de melhores condições de trabalho (MAIA, 2020). Nando, 29 anos, que estava com este grupo, contou que

A situação estava só piorando, e assim, com o começo da pandemia, naquele caos que estava, ninguém sabendo o que iria acontecer, todo mundo achando que ia morrer, a gente continuou trabalhando. Mas eu lembro que ainda em 2019 a gente já estava falando disso no grupo lá [do aplicativo de mensagens WhatsApp]. Então decidimos organizar um protesto, indo do centro até lá na sede [da empresa iFood]. Porque eles não estavam ligando para a gente pegar a Covid não. Então o mínimo era dar o material de proteção, já que pagamento só continuava caindo. Rolou isso daí em abril, e como não deu em nada, decidimos organizar alguma coisa ainda maior. Lembro até que teve um pessoal lá que fez de novo na semana seguinte.<sup>7</sup>

Nando está se referindo à manifestação que ocorreu exatamente uma semana depois, dia 27/04/2020, em Campinas. Nesses casos específicos, o entregador de 29 anos recorda que “não teve participação nenhuma do sindicato. Foi a gente mesmo que resolveu fazer”. Nesse sentido, é importante lembrar que protestos em busca de melhores condições de trabalho protagonizados pelos entregadores de aplicativo em São Paulo sem participação de entidades representativas são registrados pelo menos desde 2018 (FILGUEIRAS; PEDREIRA, 2019).

As trajetórias de Nando e Nascimento se cruzaram, em primeiro lugar, no meio digital. Alguns dos entregadores que estavam presentes nos atos faziam parte de grupos de WhatsApp que incluíam outros colegas de profissão de Estados diferentes. Foi por lá que parte dos integrantes se demonstrou disposto a não ligar os aplicativos por um dia, e a ideia foi ganhando força. Nascimento recorda que esteve em contato com lideranças de outras manifestações de outras cidades do país — que incluíam Ralf, Abel e Sorriso — e assim os entregadores paulistas resolveram compor uma atividade nacional, com a maior adesão possível. Ainda sobre a organização no Estado de São Paulo, o entregador conta que ela foi feita com antecedência: “com mais um mês antes [do dia do Breque] a gente

---

<sup>7</sup> Entrevista realizada em 20/10/2022.

saia todo dia, ia para porta dos supermercados e panfletava para os colegas. Aproveitava e já fechava uma rua ali mesmo, por algumas horas. Já era um “Breque” menor todos os dias”.

Assim, é possível perceber que o “Breque dos apps” de 1 de julho de 2020 aparece mais como uma confluência de pequenos protestos e mesmo greves que vinham ocorrendo de modo descentrado em diferentes cidades do Brasil. A partir do uso de novas tecnologias, seja de vídeos do *Youtube*, posts no *Instagram* e *Facebook*, e fundamentalmente grupos de *Whatsapp*, os entregadores se organizaram e conseguiram articular o “maior movimento paredista internacional desde a greve global dos trabalhadores e trabalhadores do setor de comidas rápidas (fast-food)” (GONSALES, 2020).

### **Considerações finais**

Os entregadores de mercadorias, seja motociclistas ou ciclistas, têm enfrentando um movimento de piora nas condições de trabalho a partir da chegada das plataformas digitais de *delivery*. Desde a expansão dos *apps*, suas remunerações têm caído, suas jornadas de trabalho se tornado mais longas, o número de acidentes tem crescido, além do aumento da concorrência (SOUZA, 2022). Ao lado deste movimento, os motoboys, cuja atividade já possuía certa importância desde o final do século passado, perceberam uma diversificação no perfil geral dos entregadores a partir da chegada das entregas via plataformas, além de terem notado uma aproximação do cotidiano das experiências laborais dos entregadores ciclistas. Atuando como uma espécie de colchão amortecedor ao aumento do desemprego e informalização do trabalho no país, as entregas de aplicativo se tornaram um grande símbolo da atual dinâmica de precarização laboral inserida no processo de incorporação das novas TICs em curso em todo o globo, nas mais diversas áreas da economia.

Ao mesmo tempo, é possível notar as ações de resistência destes trabalhadores contra este processo de precarização. Utilizando também estas tecnologias digitais, este grupo tem organizado greves, manifestações, cooperativas e mesmo o espaço jurídico para lutar por melhores condições de trabalho. Isto, entretanto, não surgiu de um campo vazio. As experiências prévias dos entregadores — fundamentalmente dos motoboys — em suas organizações sindicais, mobilizações e lutas por direitos (BARBARIC, 2016), e mesmo através de sua “cultura” própria foram centrais neste processo. Afinal, uma parte dos atuais entregadores de aplicativos sentiu em sua atividade os impactos da chegada das plataformas, e suas trajetórias de lutas, com a utilização de instrumentos históricos de resistência do proletariado, apenas ganhou um novo capítulo. Com isto, queremos dizer que há, ao lado de algumas rupturas e inovações, um caráter continuidade entre o “Breque dos apps” e as mobilizações por melhores condições de trabalho dos motoboys, embora estes contemplem apenas uma parte do conjunto total dos entregadores de aplicativo. As novas TICs têm atuado na gestão e organização do controle do capital sobre o trabalho, ao mesmo tempo em que elas têm sido utilizadas em variadas estratégias de resistência do proletariado precarizado.

**Referências**

- ABÍLIO, L. Uberização: gerenciamento e controle do trabalhador Just-in-time. In: ANTUNES, R. **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- ALBERTI, V. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- ANTUNES, R (org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- BARBARIC, S. **Motoboys: Filhos do asfalto nas artérias da exclusão**. Jundiaí, Paco Editorial, 2016.
- BRAGA, R. **A rebeldia do Precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul Global**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- CINI, L. Resisting algorithmic control: Understanding the rise and variety of platform worker mobilisations. In: **New Technol Work Employ**. 2022; v. 5. p. 1–20. Disponível em: [wileyonlinelibrary.com/journal/ntwe](http://wileyonlinelibrary.com/journal/ntwe). Acesso em: 24 fev. 2023.
- COSTA, H.; DIAS, H. A atividade grevista como desafio para o Norte e para o Sul. In: ANTUNES, R. (org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV**. São Paulo: Boitempo, 2019;
- DRUCK, G. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. spe 01, p. 37-57, 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v24nspe1/a04v24nspe1.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2023.
- FILGUEIRAS, V.; ANTUNES, R. Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no Capitalismo Contemporâneo. ANTUNES, R. (org.) **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- FILGUEIRAS, V.; PEDREIRA, S. Trabalho descartável: as mudanças nas formas de contratação introduzidas pelas reformas trabalhistas no mundo. **Cadernos do CEAS**, Salvador/Recife, n. 248, p. 578–607, set./dez. 2019.
- FRANCO, F.; ROBLES, G. Authoritarian Neoliberalism from Below: Subjectivity and Platform Capitalism in Argentina and Brazil. **Global Authoritarianism: Perspectives and Contestations from the South**. Bielefeld: Transcript, 2022. p. 99–117. Disponível em: <https://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/libros/pm.5613/pm.5613.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2023.
- GONSALES, M. Indústria 4.0: Empresas plataformas, consentimento e resistência. In: ANTUNES, R. (org.). **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

KALLENBERG, A. O trabalho precário nos Estados Unidos. OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, C. (org.). **Hegemonia às avessas**: economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010.

LINDEN, M. **Trabalhadores do mundo**: Ensaios para uma história global do trabalho. Campinas: Unicamp, 2013.

LINDEN, M. São Precário: uma nova inspiração para historiadores do trabalho. MATTOS, M.; TERRA, P.; VARELA, R. (org.). **História das relações de trabalho**: Brasil e Portugal em perspectiva global. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

LUNA, N.; OLIVEIRA, A. Os entregadores de aplicativos e a fragmentação da classe trabalhadora na contemporaneidade. **Revista Katálysis**, n. 25, v. 1, jan./abr. 2022.

MAIA, D. Motoboys fazem buzinação em SP por melhor condição de trabalho na crise do coronavírus. **Folha de São Paulo** (on-line), 20 abr. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/04/motoboys-fazem-buzinaco-em-sp-por-melhor-condicao-de-trabalho-na-crise-do-coronavirus.shtml>. Acesso em: 20 set. 2022.

MATTOS, M.; TERRA, P.; VARELA, R. (org.). **História das relações de trabalho**: Brasil e Portugal em perspectiva global. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

NASCIMENTO, M. Relações de trabalho e novas formas de resistência: o caso das mulheres trabalhadoras da Bahia. **BRASA**, n. XIII, v. 1, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/24083>. Acesso em: 27 fev. 2023.

OLIVEIRA, G. **Trabalho, vitimização e criminalidade no cotidiano de motoboy de Salvador**. Dissertação (Mestrado) – Programa de pós-graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia: Salvador, 2003.

PORTELLI, A. O que faz a História Oral diferente. **Revista do programa de estudos pós-graduados em História**, São Paulo, n. 14, fev. 1997.

RIBEIRO, R. Passado, presente e tendências para o futuro das lutas sindicais no Brasil. **Katálysis**, v. 25, n. 1, jan./abr. 2022.

SANTOS, E. dos. (org.). **Coletivo Canal Motoboy**: O nascimento de uma categoria. Rio de Janeiro: Aeroplano: 2010.

SILVA, D. da. **“Estilo Motoboy”**: um estudo da caracterização do profissional motofretista por meio linguagem. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 2010.

SILVA, D. **Atuação profissional de motoboys e fatores associados à ocorrência de acidentes de trânsito em Londrina, PR**. 2006. 103 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade Estadual de Londrina: Londrina, 2006.

SILVA, R. da. **Os motoboys no globo da morte**: Circulação no espaço e trabalho precário na cidade de São Paulo. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2009.

SOUZA, L. The impact of digital labour platforms on the working conditions of food couriers in Rio de Janeiro. **Future of Work(ers)** SCIS Working Paper Number 37, Southern Centre for Inequality Studies, Wits University, 2022. DOI 10.54223/uniwitwatersrand-10539-33460.

SRNICEK, N. **Platform Capitalism**. Londres: Polity, 2016.

STANDING, G. **A precariat charter**: From denizens to Citizens. Londres: Bloomsbury, 2014.

TASSIRANI, A.; MACCARONE, V. Riders on the Storm: Workplace Solidarity among Gig Economy Couriers in Italy and the UK. **Work, Employment and Society**, v. 34, n. 1, p. 35–54, 2020.

THOMPSON, E. **A formação da classe operária inglesa 1: a árvore da Liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 2011

WEBSTER, E.; MASIKANE, F. **I just want to survive**. Friedrich-Ebert-Stiftung, Trade Union Competence Centre for Sub-Saharan Africa and the Southern Centre for Inequality Studies: Joanesburgo, 2022.

WOODCOCK, J. **A luta contra o capitalismo de plataforma**: uma investigação das lutas globais da economia GIG. São Paulo: Lavapalavra, 2022.

*Submetido em: 10/03/2023*

*Revisto em: 28/04/2023*

*Aceito em: 10/06/2023*